

<http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2023.21.12101>

## PODER E RELAÇÕES POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE: Memória e Representações Sociais de Reitoras

Josias Benevides Silva

Autor correspondente: Universidade do Estado da Bahia. Campus XII. Quadra Ipanema. CEP 46430-000 – Guanambi/BA, Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/0350603304310992>. <http://orcid.org/0000-0001-9538-6871>. [josiasbene2016@gmail.com](mailto:josiasbene2016@gmail.com)

Luci Mara Bertoni

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb. Vitória da Conquista/BA, Brasil.  
<http://lattes.cnpq.br/8865434608082796>. <https://orcid.org/0000-0002-3100-1351>

### RESUMO

O principal objetivo deste artigo é analisar as memórias e representações sociais das mulheres que foram reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia sobre as relações de poder, gênero e política, especialmente no contexto das eleições para reitores dessas universidades. A partir da metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo, mediante entrevistas semiestruturadas e observação, os dados foram coletados e analisados à luz das teorias de memória coletiva, representações sociais e análise de conteúdo. Os resultados deste estudo revelam que as relações de poder e política na universidade seguem a lógica da política nacional que, de forma visibilizada ou não, ainda há implicações de gênero e patriarcado dentro da universidade.

**Palavras-chave:** poder; política; reitoras; memória; representações sociais.

### POWER AND POLITICAL RELATIONS AT UNIVERSITY: MEMORY AND SOCIAL REPRESENTATIONS OF RECTORS

### ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze memories and social representations of women who were rectors of state public universities in Bahia on the relations of power, gender and politics, especially in the context of elections for rectors of these universities. Using the qualitative methodology, with bibliographic and field research, through semi-structured interviews and observation, the data were collected and analyzed in light of theories of collective memory, social representations and content analysis. The results of this study reveal that relations of power and politics in the university follow the logic of national politics, which, whether visible or not, still have gender and patriarchy implications within the university.

**Keywords:** power; politics; rectors; memory; social representations.

Submetido em: 1/3/2021

Aceito em: 20/9/2022

## 1 INTRODUÇÃO

As relações de poder nas universidades públicas estaduais do Estado da Bahia, em boa medida seguem a mesma lógica das relações de poder observadas na sociedade capitalista contemporânea. Detectamos a presença maior de homens na história das Reitorias universitárias das instituições citadas, de forma semelhante ao que acontece em outras instituições sociais e na esfera política nacional.

Na gestão das universidades baianas, sobretudo as públicas estaduais, sabemos que apenas seis mulheres ocuparam a Reitoria, cinco delas eleitas pelo voto da comunidade acadêmica, em mais de três décadas de existência dessas instituições, o que está fora de consonância com a justa distribuição de poder, haja vista o grande contingente de mulheres que compõem a sociedade baiana representada no corpo docente de suas universidades públicas.

A sociedade brasileira é formada por mais da metade de mulheres (51,8%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com crescimento das mulheres no mercado de trabalho de 43,2% das vagas formais (IBGE, 2019), mas com reduzida participação nos cargos de gestão e nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, especialmente na presidência desses poderes, com rendimentos inferiores aos dos homens.

Seguindo as narrativas das reitoras indagamos: Quais são as memórias coletivas e as representações sociais que as mulheres que foram reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia têm sobre as relações de poder, gênero e política na universidade?

Partindo desse questionamento o principal objetivo deste artigo é analisar as memórias e representações sociais das mulheres que foram reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia sobre as relações de poder, gênero e política, especialmente no contexto das eleições para reitores dessas universidades.

A metodologia utilizada no estudo é de natureza qualitativa e para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, Haja vista que esse tipo de técnica compreende uma forma eficaz de coleta de dados de uma pesquisa. Assim, a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas no período de agosto de 2017 a fevereiro de 2018, as mulheres que foram reitoras da Uneb, Uesb, Uefs e Uesc, no total de cinco professoras, foram ouvidas por nós.

A análise das entrevistas realizadas com as professoras que se tornaram reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia foi processada com base nas teorias de Memória Coletiva, Representações Sociais, Gênero, Poder e Gestão Universitária. Durante o processo eleitoral para escolha de reitores da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 2017 e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) em 2018, utilizamos a técnica de observação ao acompanharmos os debates dos candidatos e candidatas à Reitoria, no intuito de verificarmos a relação de poder, especialmente na questão dos gêneros feminino e masculino, presente nas candidaturas ao cargo de Reitoria dessas universidades. Com as entrevistas com as ex-reitoras das Universidades estaduais baianas (Uebas), aproximando-nos das premissas da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), analisamos os dados da pesquisa empírica.

Além desta seção introdutória o texto é composto das seguintes seções: Relações de Poder na Gestão Universitária: da mão invisível à potência visível; Poder, Mulher e Política no Brasil; Memória e Representações Sociais das Ex-Reitoras sobre Poder, Gênero e Relações Políticas na Universidade e as Considerações Finais.

## 2 RELAÇÕES DE PODER NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: DA MÃO INVISÍVEL À POTÊNCIA VISÍVEL

Esta seção tem como objetivo apresentar e discutir a teoria do poder e as relações sociais que ela engendra, especialmente no contexto das instituições públicas, entre elas as universidades, objeto da pesquisa que trata da gestão universitária, segundo a memória e as representações sociais das mulheres reitoras.

O poder é inerente às relações humanas e, como tal, está presente nas instituições públicas e privadas dos diferentes setores de labor humano. Assim, na gestão universitária, em que homens, mulheres e outros recortes de gênero se relacionam, em uma cadeia hierárquica, em diferentes organizações e funções, o poder se manifesta, às vezes de forma autoritária, às vezes de forma democrática e participativa. Nas relações institucionais, sejam públicas, sejam privadas, em que a política é a diretriz central, o motor que faz a dinâmica do funcionamento é o poder.

De acordo com Weber:

Toda ordem jurídica (não só a “estatal”), por sua configuração, influencia diretamente a *distribuição do poder* dentro da comunidade em questão, tanto do poder econômico quanto de qualquer outro. Por “poder” entendemos, aqui, genericamente, a probabilidade de uma pessoa ou várias impor, numa ação social, a vontade própria, mesmo contra a oposição de outros participantes desta (WEBER, 1999, p. 175).

O poder está distribuído conforme o poder econômico das pessoas, o grau de conhecimento ou a força política que umas têm sobre as outras, ou seja, ele é proveniente, segundo Bobbio,

[...] da riqueza, do saber, e da força. [...] o que têm em comum estas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos, com base no poder político, em ricos e pobres, com base no poder econômico, em sábios e ignorantes, com base no poder ideológico[...] (BOBBIO, [1987] 2012, p. 82-83).

Segundo Foucault (1979, p. 8), “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. O poder deve ser analisado como algo relacional, que circula, nunca é apropriado em definitivo, funciona e se exerce em rede.

As relações de poder acontecem nas esferas da vida pública ou privada dos seres humanos. O poder não é um problema em si mesmo; ele é necessário na ação de liderança ou autoridade. O poder circula livremente entre as pessoas e assume diferentes características, fases e configurações. Não há um controle absoluto sobre o poder; ele é relativo e apresenta-se entre grupos e pessoas entre os quais pode ser concedido, usurpado, disfarçado

ou manipulado. Faz parte do desenvolvimento das pessoas e de uma determinada nação, pois, como afirma Faria (2017, p. 6), “O desenvolvimento sempre apresentou a face do poder, pois para sua criação, manutenção e/ou alteração o diferencial está na detenção do conhecimento e instituição dos seus resultados [...]”.

Para Weber (1982), em razão de prestígios particulares, os membros de determinada estrutura de poder político, embora tenham uma dinâmica interna e específica, poderão influenciar nas estruturas externas de poder, para além do seu grupo, no sentido de aumentar seus privilégios.

Nessas relações de poder, historicamente, está implícita a força patriarcal, que se configura como liderança dos homens sobre as mulheres, dos chefes de família sobre as donas de casa, dos pais sobre os filhos, com raras exceções em que o matriarcado prevalece. Como explica Varela:

*El patriarcado ha mantenido a las mujeres apartadas del poder. El poder no se tiene, se ejerce: no es una esencia o una sustancia, es una red de relaciones. El poder nunca es de los individuos, sino de los grupos. Desde esta perspectiva, el patriarcado no es otra cosa que un sistema de pactos interclasista entre los varones y espacio natural donde se realizan los pactos patriarcales y políticos (2013, p. 188).*

Desde a Antiguidade até os dias de hoje os homens vêm buscando mais poder e tentando afastar as mulheres de exercê-lo de maneira mais eficaz, por entender que isso colocaria em risco sua hegemonia, soberania e harmonia social, porém “[...] assumir o poder não consiste na fácil tarefa de retirá-lo intacto e imediatamente se apropriar dele, o ato de apropriação pode envolver uma alteração do poder que lhe possibilitou ser assumido [...]” (BUTLER, 2017, p. 21).

Segundo Hannah Arendt ([1906-1975] 2018), o poder somente se efetiva mediante a palavra e o ato, sem os quais ele não sobrevive. O poder é uma potência coletiva que não se pode confundir com o vigor, que é inerente ao indivíduo. “O poder preserva o domínio público e o espaço da aparência e como tal, é também a forma vital do artifício humano, que perderia sua suprema *raison d’être* se deixasse de ser o palco da ação e do discurso, da teia dos assuntos e relações humanas [...]” (p. 252).

Para Butler (2017), na nossa formação, como sujeitos que somos, dependemos do poder, pois seria impossível nos formarmos como sujeitos sem a existência dessa dependência que temos do poder e, ao mesmo tempo, negarmos e reencenarmos tal dependência.

Nascemos em estruturas de poder pré-existentes a nós, mas, assim como o poder externo exerce força sobre nós, o poder interno que temos exerce força sobre as estruturas de poder que existem fora de nós.

A formação do sujeito é dependente da existência do poder, sendo ele constitutivo das relações humanas. Podemos falar, contudo, de usos e abusos do poder, tendo em vista a forma como alguém dele se apropria e como, a partir dele, ocorrem sujeição e dominação.

No Brasil, conforme Alves et al. (2017), durante muitos séculos

[...] a desigualdade social e de poder entre os sexos masculino e feminino era ampla, geral e irrestrita. [...] O Código Civil de 1916 consagrou a superioridade e a preeminência masculina, definindo o marido como chefe da sociedade conjugal (Pátrio Poder). Contu-

do, o isolamento, a falta de instituições democráticas, a desigualdade legal de direitos e as dificuldades de comunicação não impediram o surgimento de movimentos de contestação da ordem patriarcal nem o destaque de muitas mulheres, como Nísia Floresta (1810-1885), Bertha Lutz (1894-1976) e Patrícia Galvão (1910-1962), pioneiras, respectivamente, da educação pública, da luta pelo direito de voto e da liberdade de comportamento e expressão (p. 15).

O equilíbrio dessa relação de poder com a memória, seja na questão de gênero, seja na questão de raça/etnia, somente se efetiva mediante lutas e resistências, pois quem está no domínio do poder não o cede gratuitamente.

Nessa perspectiva, no livro intitulado *A dominação masculina*, Bourdieu (1996) denuncia a naturalização dessa dominação de gênero como se as questões fossem assim mesmo e não cultural, social e historicamente construídas, o que abre possibilidades para ser de outra forma, isto é, buscar o equilíbrio entre os diferentes gêneros com uma justa distribuição do poder. Utopia ou não, é preciso sonhar e buscar esse equilíbrio.

### 3 PODER, MULHER E POLÍTICA NO BRASIL

Apenas para situar o Brasil no contexto da política mundial, citamos mulheres que se destacam no cenário internacional, a exemplo da primeira-ministra alemã, Ângela Merkel, e da primeira-ministra da Inglaterra, Teresa May (ministra até o mês de junho de 2019), em governos considerados com poderes e influência na política mundial, são vistas como destaques nesse cenário. Outra mulher política muito citada nos últimos tempos foi a senhora Hillary Clinton, que foi secretária de Estado e candidatou-se à Presidência dos Estados Unidos da América, em 2016, em que liderava a intenção de votos, mas perdeu as eleições para Donald Trump, em um pleito eleitoral questionado. Mais recentemente, a primeira-ministra da Islândia, Katrín Jakobsdóttir, a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, a primeira-ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, a primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg, e a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen, destacam-se pelas iniciativas contra a pandemia da Covid-19 (BBC NEWS/BRASIL, 2020).

Na América do Sul, segundo Lúcia Avelar (2017), os anos áureos da mulher na política correspondem ao início da segunda década do século 21, quando três mulheres governavam países em desenvolvimento e com certa influência no cenário internacional, a saber: Dilma Rousseff no Brasil, Cristina Kirchner na Argentina e Michelle Bachelet no Chile, tendo sido eleitas pelo voto direto, tempos depois de a democracia desses países ter sofrido com ditaduras militares.

Em diferentes tempos e espaços políticos, o Brasil conta com movimentos estruturados de mulheres. Elas lutam por creches, por igual recebimento de salários em trabalhos equivalentes aos que os homens desempenham, lutam contra os tipos de violência contra elas próprias, por mais espaço como representantes políticas e, conseqüentemente, por espaços nos governos municipais, estaduais e federal do país.

Blay e Avelar (2017), ao nos contarem sobre o protagonismo feminino no Brasil, relatam que o movimento sufragista começa a colher seus resultados a partir de 1932, com o direito ao voto, tendo sido a primeira mulher eleita para deputada federal no país, em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz, única mulher a assinar a Constituinte de 1934;

um pouco antes cita a primeira mulher a se eleger prefeita no Brasil, a nordestina do Estado do Rio Grande do Norte, Alzira Soriano. O voto feminino para a escolha de um presidente, no entanto, só vai acontecer um pouco mais tarde, em 1945.

Historicamente a participação das mulheres na Câmara Federal é baixa, mas, aos poucos, vem aumentando e se destacando no cenário nacional.

O crescimento do número de mulheres eleitas para o cargo de deputadas federais nas últimas legislaturas, se compararmos com o total de deputados na Câmara Federal, o universo masculino ainda é superior ao feminino. Por outro lado, a participação da mulher na política local e nacional, apesar das barreiras existentes, aos poucos se expande. Isso fica evidente neste fragmento de Alves *et al.* (2017, p. 50):

[...] Em 2010, havia nove candidatos à presidência (sete homens e duas mulheres), e o resultado do primeiro turno mostrou que dois terços (67%) dos votos foram para as duas mulheres (Dilma Rousseff e Marina Silva). Em 2014, entre onze candidaturas, as três mulheres na disputa ficaram entre os quatro primeiros colocados (Dilma Rousseff, Marina Silva, Luciana Genro). No total as três somaram 67 milhões de votos, o que representou 64% do total de votos válidos. As duas últimas eleições foram vencidas por Dilma Rousseff.

Mulheres também vêm ocupando outros espaços na política brasileira, na condição de deputadas estaduais, governadoras, prefeitas, vereadoras, assessoras políticas, entre outros. Mesmo com o crescimento da participação de mulheres nos diferentes espaços políticos é forçoso reconhecer que, “no universo político a participação feminina na condição de representantes eleitas ainda é insatisfatória e os patamares atingidos somente foram atingidos mediante imposição legal de reserva de espaço para as mulheres” (FARIA, 2017, p. 14).

A representação nas Câmaras Federais, de deputados e senadores, no período de 2015 a 2018, estava composta da seguinte forma:

As mulheres conquistaram mais quatro cadeiras. Com isso, a bancada feminina cresceu de 47 para 51 deputadas. As parlamentares brancas ocupam 8% das cadeiras, as pardas representam 1,6% e as negras 0,6%. Na América Latina, o Brasil é o segundo país com menor índice de mulheres em cargos legislativos federais. Apenas 9,9% dos deputados federais. A média nas Américas é de 22%, sendo que a Argentina e a Costa Rica são destaques, com 38% cada (CÂMARA FEDERAL, 2019).

Embora seja crescente o número de mulheres se dispondo a participar do processo eleitoral e da política nacional, ainda é tímida a participação delas na política partidária, posto que, nas últimas eleições nacionais de 2018, apenas 15% do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) foi ocupado por mulheres, em um total de 77 das cadeiras, enquanto no Senado, dos 27 senadores eleitos naquele ano, apenas 5 são mulheres, o que corresponde a 18,5% do total. No Executivo estadual somente uma governadora, Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte, alcançou essa façanha (CÂMARA DO SENADO, 2018).

Do pleito eleitoral de 2014 para o de 2018 houve um acréscimo de 26 mulheres na Câmara Federal, saindo de 51 para 77, no entanto, como já mencionamos, tais números estão longe de representar o equilíbrio entre gênero feminino e masculino na política brasileira. Na composição do governo federal, no ano de 2021, apenas duas mulheres ocupavam as pastas

ministeriais da Cidadania e Direitos da Família e da Agricultura, as demais pastas foram todas ocupadas por homens.

Na dinâmica interna dos trabalhos na Câmara Federal, a presença reduzida das mulheres pode ser observada nas comissões permanentes. O histórico, visivelmente, é favorável ao gênero masculino.

Aos poucos as mulheres vão ascendendo a esses espaços de poder político. As decisões, efetivamente, são tomadas por ampla maioria e sob a presidência de homens. De acordo com Alves *et al.* (2017), as mulheres nunca presidiram a Câmara dos Deputados, tampouco o Senado, papel exercido por homens. Tomando como exemplo o Brasil, acreditamos que, se houvesse um equilíbrio na distribuição das cadeiras parlamentares entre homens e mulheres, talvez tivéssemos um governo mais democrático, participativo e representativo.

De acordo com dados da Câmara do Senado (2018), nas eleições de 2018 ocorreu aumento da participação feminina em relação ao pleito anterior, com 11 cadeiras atualmente, em razão do aumento do repasse de verbas para a campanha em 30%. Muitas mulheres, porém, foram apenas “candidatas laranjas”, usadas pelos homens dos partidos para não perder os recursos da cota partidária.

Embora sejam notáveis muitas manobras, no sentido de limitar a participação das mulheres na política, corroboramos Campos e Ohlweiler (2020, p. 262) quando afirmam que “A dimensão política, primeira dimensão formal de esfera pública, é conexa com os direitos políticos e o sistema representativo, ou seja, com o sufrágio universal e o princípio da maioria, já conhecidos no Estado de Direito, tratando-se do controle de quem e como”.

Do nacional ao local, o fenômeno político da baixa presença do gênero feminino no poder também fica evidente se observarmos o número de candidaturas femininas nas eleições municipais ao cargo Executivo, no ano de 2020.

No dia 1º de fevereiro de 2021 ocorreram as eleições para a Câmara Federal e ao Senado que, embora com a presença de candidaturas femininas, ambas as casas elegeram, mais uma vez, o gênero masculino para a presidência em quase dois séculos de existência.

Para além do número reduzido de mulheres no poder Executivo da política municipal, a presença do gênero feminino no poder Legislativo também é menor que o gênero masculino, com rara participação na presidência da Câmara Municipal de Vereadores.

No início do século 20 o movimento feminista foi na direção da luta pelo direito ao voto; agora, no início do século 21, a luta se estende ao direito que as mulheres têm de ser eleitas e participar das decisões políticas do país. “Fato é que na sociedade coexistem diferentes grupos, comunidades e associações. O regramento dos conflitos é o teste da arte política, de fazer com que não se recorra à violência” (FARIA, 2017, p. 6). Assim como na política, nos postos de destaque da ciência no Brasil, as mulheres também constituem minoria.

#### **4 MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS EX-REITORAS SOBRE PODER, GÊNERO E RELAÇÕES POLÍTICAS NA UNIVERSIDADE**

Na atuação das ex-reitoras das Uebas emerge, nas memórias coletivas e representações sociais, o processo eleitoral, que discute, entre outras questões, a campanha, os apoios

políticos, dentro e fora da universidade, o pleito eletivo, as correlações de força e poder, os quais podemos resumir em duas palavras centrais: *embates e parcerias*.

Quando eleitas e nomeadas, dão início às atividades de gestão à frente das universidades, colocando-se à prova, no que se refere à competência para governar e liderar equipes, cujos termos que mais bem definem essa trajetória são: *desafios e realizações*. Como afirma Moscovici (2003), as interações humanas são permeadas por representações sociais que se ancoram e se objetivam em processos coletivos de convivências. É, portanto, de tais representações que as subseções seguintes se encarregam.

Conforme preconiza a legislação educacional brasileira em vigor (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014), a gestão educacional das instituições públicas deverá seguir procedimentos democráticos e participativos, incluindo a escolha dos gestores educacionais pela comunidade a que serve, mediante processo eleitoral.

Nesse sentido, sendo a universidade pública uma instituição que compõe o sistema educacional brasileiro, nela, comumente, candidatos à direção, coordenação e Reitoria submetem-se a eleições livres, diretas, com pequenas variações, a depender das normas complementares de cada Estado da Federação. Esta subseção trata, portanto, justamente da memória e representações sociais que as ex-reitoras têm dessa realidade vivenciada por elas.

Embora os relatos das ex-reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia tenham sido coletados individualmente, não se trata de uma recordação isolada de cada uma delas, posto que cada memória se entrelaça em outras memórias, que se relacionaram no tempo e no espaço das narrativas, pois, como afirma Halbwachs (1990), é no coletivo dos membros de um grupo que a memória ganha força.

No primeiro mandato, nas palavras da professora Ivete Sacramento, ela concorreu com duas colegas, uma de Alagoinhas e outra de Salvador, mas a sua inserção no interior, com os cursos profissionalizantes do Ceteba, a tornou muito conhecida naquelas faculdades, que se constituíram *campi* da recém criada Universidade do Estado da Bahia, o que lhe dava certa vantagem na disputa.

Por outro lado, a professora relata que as concorrentes levavam vantagem nos apoios políticos, pois uma era bem articulada com o Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a outra era familiar do então governador Paulo Souto. Isso, porém, não a deixava intranquila, uma vez que a tranquilidade e a confiança sempre foram partes constituintes de sua personalidade.

É importante mencionar que, na campanha, havia três chapas, cujas candidaturas eram formadas por mulheres, demonstrando um momento de evidência feminina na disputa aos cargos hierarquicamente superiores da Uneb. Essa força da mulher é ratificada na literatura (DAL RI, 2007; ALVES *et al.*, 2017) quando as autoras tratam dos movimentos feministas no Brasil pós-ditadura militar.

A professora Ivete Sacramento relata que, durante o primeiro mandato, o vice-reitor não aceitava o seu posto e se colocava como reitor, porque não a considerava capacitada, por ser mulher e negra. Tratava-a como incompetente e se sentia mais bem qualificado para o cargo. Na eleição seguinte tornou-se oponente de Ivete Sacramento na disputa para a Reitoria.



E no debate, no primeiro debate, ele virou, em determinado momento, e disse: “Está vendo ela aí? Tudo que ela sabe fui eu que ensinei; ensinei a comer, ensinei a andar, ensinei a pentear o cabelo, a se vestir”. Ali, para mim, já era uma ofensa. Ninguém me ensinou nada. E no último dia do debate, que foi no *campus* I, ele fez uma analogia entre um urubu e a minha pessoa. E quando eu retomei a fala, eu disse que ele tinha se enganado de ave; ele viu uma ave preta e se enganou, pois não era um urubu, mas, sim, uma águia e representava a renovação e a persistência pela renovação (SACRAMENTO, em 24/10/2017).

Esta fala evidencia que, mesmo em espaços de formação acadêmica avançada, principalmente em disputas de poder, o racismo e a discriminação vêm à tona. Há, nitidamente, um processo de ancoragem e de objetivação, conforme apresenta Moscovici (2003), na analogia do negro com o urubu, em uma demonstração de discriminação racial, assim como na analogia da águia com o poder e a força.

As representações sociais daqueles que discriminam racialmente ao comparar o negro com abutres, macacos e outras figuras desse tipo, aparecem em falas diretas, como essa do opositor da professora Ivete Sacramento, mas, também, podem ocorrer de forma mais velada, ou ainda em situações que parecem engraçadas, a exemplo de piadas e anedotas.

Como afirma Saffioti (2015, p. 134, grifos da autora): “A imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – *de gênero, de raça/etnia e de classe social* – embora as análises tendam a separá-las”.

Ainda sobre a campanha eleitoral, a professora Renée Nogueira fala das motivações que a conduziram para a candidatura à Reitoria da Uesc e sua participação na administração da Federação de Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna:

[...] ocupei cargos na administração da universidade, inclusive como vice-reitora indicada. Esse é o gosto que eu sempre tive pela gestão pública. É uma questão, assim, vocacionada. Então, achei que deveria enfrentar esse desafio. Eu digo enfrentar esse desafio porque, à época, os três outros concorrentes eram professores da universidade, também altamente qualificados (NOGUEIRA, em 5/12/2017).

Segundo a professora, tendo em vista a qualificação dos oponentes, foi uma disputa acirrada, por isso foi preciso realizar um bom debate para convencer a comunidade acadêmica de que ela, naquele momento, reunia as competências necessárias para estar à frente da Reitoria da Uesc.

[...] havia na lista, na época, certa resistência do encaminhamento da lista tríplice com três nomes, todos achavam que devia ser um único nome, o daquele que vencesse a eleição pela comunidade, e como havia uma tendência para que eu fosse eleita, então, uma das perguntas que foi feita para todos os candidatos foi exatamente o compromisso para que, se o mais votado fosse realmente o indicado, se os outros se comprometeriam a abrir mão da lista tríplice (NOGUEIRA, em 5/12/2017).

Diante dessa proposta a professora recusou-se a entrar em acordo com os demais concorrentes, por entender que, se assim o fizesse, estaria contrariando a legislação (Lei 9.394/96), e essa seria uma maneira equivocada de começar um mandato na Reitoria. Embora confiante de que seria a primeira colocada, ela não queria se submeter a essa proposta de

enviar para a homologação do governo apenas o primeiro nome da lista; achava que deveriam enviar os três nomes, conforme determina a lei.

O posicionamento da professora corrobora a afirmação de Trigueiro (2002) de que, no regime democrático da escolha de reitores para as universidades públicas brasileiras, embora legalmente haja uma cobrança para envio da lista tríplice ao governo, este costuma nomear o mais votado pela comunidade acadêmica, ainda que isso possa não ocorrer.

Comum à trajetória das demais candidatas à Reitoria das universidades públicas do Estado da Bahia, a professora Anaci Paim também esteve em cargos administrativos antes de concorrer à vaga de reitora da UEFS, a exemplo da coordenação de colegiados, diretorias e presidência de comissões administrativas e de instituição de cursos de Graduação e Pós-Graduação. Segundo Paim (em 5/2/2018), “[...] isso me deu uma visão muito mais próxima da realidade institucional, no que se refere às atividades finalísticas, porque eu passei a ter a oportunidade de uma liderança direta na área acadêmica.”

Com atuação na área de ensino, pesquisa e extensão durante quatro anos, a professora Anaci Paim foi escolhida pelos colegas para compor a chapa e concorrer ao cargo de reitora. Nas suas palavras: “[...] como eu estava com esse trabalho sendo desenvolvido e as coisas estavam indo bem, então o meu nome estava na liderança. Foi quando resolvi participar do processo pela primeira vez e concorri ao cargo de reitora na disputa com outro colega” (PAIM, em 5/2/2018).

Nesse relato observamos o equilíbrio na disputa entre os gêneros feminino e masculino, com divergências de ideias e de posições políticas nos respectivos projetos, com parcerias e, também, adversários, mas, sobretudo, com o respeito necessário entre colegas que sabem que a disputa é algo salutar para a democracia, desde que o conflito seja administrado em nome do bem público e da coletividade. Como afirma Bobbio (2000), em uma sociedade democrática, o protagonismo fica por conta dos grupos, e não de interesses individuais.

[...] tudo que tem direito numa campanha política municipal; tinha de camisa a comício. Fizemos uma discussão sobre a proposta, o que nós iríamos debater era exatamente o que a comunidade esperava ou não, e a comunidade fez uma avaliação com base nos propósitos anunciados (PAIM, em 5/2/2018).

A campanha para uma eleição, seja dentro ou seja fora da universidade, exige articulação e aderência ao projeto coletivo de gestão. O poder se exerce nas relações e, por isso mesmo, necessita de acordos, de conquistas, de adesões, pois, lembrando Butler (2017, p. 21), a conquista do poder não é uma tarefa fácil e exige constante manutenção, uma vez que essa força não é estática.

Ainda sobre a campanha para reitoria das Uebas, na época em que a professora Iara Maria Cunha Pires foi reitora da Uefs, a universidade havia feito a transição da Faculdade de Educação e Filosofia de Feira de Santana para Universidade Estadual de Feira de Santana, da qual a professora participou.

Eu não me sentia com vontade de enfrentar aquilo, mas era um momento muito difícil politicamente, porque foi o ano da primeira eleição direta para governador, em 1986. Estávamos saindo da ditadura, e a primeira eleição para governo do Estado. Então você

imagina todas as demandas reprimidas por democracia e por tudo, por todas as carências que existiam! (PIRES, em 6/2/2018).

Nesta fala a participante da pesquisa expressa certo desconforto em relação ao trânsito no poder, como se não fosse possibilitado a todos, inclusive às mulheres. Vimos em Foucault (1979) que o poder é uma energia produtiva indutora de saber e prazer, não se limitando, portanto, a algo negativo e opressor.

Por sua vez, a professora Adélia Pinheiro admite que processos eleitorais, dentro ou fora da universidade, não são processos fáceis.

A construção de uma chapa não é fácil, mas é uma etapa imprescindível. Nas três eleições que me levaram a ficar classificada como primeira mais votada, seja naquela que fui candidata à vice-reitora, com o professor Joaquim, ou nas duas seguintes que era candidata à reitora, os processos sempre estiveram relacionados à minha participação em articulações e negociações em grupos grandes (PINHEIRO, em 6/12/2017).

Nesses grandes grupos citados pela professora havia diálogo permanente em busca do perfil certo para ser candidato à Reitoria da Uesc, com a professora Adélia Pinheiro sendo aquela que mais reunia as características necessárias para concorrer ao cargo. A professora Adélia Pinheiro, havia muito, ocupava uma posição de liderança no grupo, por isso os colegas estavam certos de que ela poderia desenvolver um bom trabalho à frente da Reitoria da Uesc e, assim, a apoiaram nos pleitos eleitorais a que ela concorreu. A memória de um grupo social certifica-se como grupo (HALBWACHS, 2004).

Nesse processo dialógico e dialético de afetiva participação, a professora Adélia Pinheiro gozava da confiança dos membros da comunidade acadêmica que a conduziram ao cargo de reitora da Uesc. Como já referimos, de acordo com Ferreira (2000), a participação torna-se condição indispensável ao exercício da cidadania e à construção da democracia na universidade.

Segundo a professora, o desafio de articular ideias e reunir pessoas em um projeto comum de universidade tanto acontece na campanha quanto na gestão propriamente dita: “Se isso é riqueza, é complexidade e o grande desafio é fazer consensos e sínteses, esses são os maiores desafios presentes em processo de constituição de candidatura à eleição, em processo de campanha e não se fazem menores quando na gestão” (PINHEIRO, em 6/12/2017).

As palavras de Pinheiro (2017) aproximam-se do que dizem Oliveira e Lemes (2022, p. 17):

[...] a gestão educacional é complexa, para além dos processos organizacionais, mas no que diz respeito à formação das consciências coletivas em que constitui a matriz cognitiva e normativa a qual se busca alinhar ao referencial global pelo debate no setorial pode se traduzir na qualidade da educação [...].

Nas palavras da ex-reitora da Uesc, o processo eleitoral não é algo fácil. É permeado de articulações políticas durante todo o tempo. “Político no sentido da política acadêmica, e sempre entendendo que é ciência de negociação, articulação e síntese” (PINHEIRO, em 6/12/2017).

Aqui a professora utiliza o termo “política” no sentido positivo da palavra que, de acordo com Cavalcanti (2012), pressupõe articulações e relações de poder que visam ao bem-estar

de um público; uma ação de governo para atender às pessoas por meio das políticas públicas para conduzir à melhoria de vida.

Como vimos, duas mulheres professoras, Renée Nogueira e Adélia Pinheiro, tornaram-se reitoras da Uesc, universidade sediada entre os municípios de Ilhéus e Itabuna. Semelhante fato deu-se na Uefs, que, por duas vezes, foi dirigida por mulheres, as professoras Lara Maria Cunha Pires e Anaci Paim..

As duas universidades, contando eleições e reeleições, garantiram oito mandatos de Reitorias com a presença feminina no topo da hierarquia universitária. Trata-se de um dado relevante, por se tratar de universidades *unicampi*, com menor abrangência que suas coirmãs *multicampi*, a Uneb e a Uesb. Destas, a primeira teve dois mandatos consecutivos de uma mulher e a segunda contou com uma mulher apenas no início de sua constituição, mas como indicada e não como eleita, não tendo, a partir de então, nenhuma mulher no cargo de reitora.

As universidades públicas brasileiras contam com poucas mulheres reitoras; nas universidades públicas federais, por exemplo, o quantitativo de mulheres nas Reitorias não passa de 30%, segundo Ambrosini (2017).

Nas memórias e representações sociais das ex-reitoras das Uebas sobre a campanha eleitoral, de forma mais evidenciada aparece a ocupação de cargos dentro da instituição, a exemplo da coordenação de colegiados, núcleos de pesquisa e extensão, áreas, laboratórios, museus e instituições ligadas à universidade, direção de departamentos, Pró-Reitorias, como o fator que possibilita chegar à Reitoria. Esses cargos dão visibilidade a quem os ocupa, o qual, também pela competência demonstrada, passa a ser cotado para ocupar o cargo hierarquicamente superior da universidade.

Em segundo lugar, na memória das participantes da pesquisa, a representação da campanha é que se trata de um processo desafiador, às vezes motivador, em que a adrenalina sobe, mas, sobretudo, um momento de se pensar profundamente no que se deseja para a instituição e, conseqüentemente, para todos aqueles que dela dependem.

Está presente também a questão dos embates e debates com os oponentes e o desgaste que isso traz, muitas vezes ocasionando divisões em grupos dentro da universidade, processo prejudicial à instituição.

Além de experiência comprovada, é necessária uma proposta de gestão que seja exequível e atenda às necessidades prioritárias da comunidade acadêmica, estendendo-se à comunidade a que serve a instituição. Isso também está na memória e nas representações sociais das ex-reitoras.

Uma candidatura, geralmente, não nasce apenas da vontade de um sujeito; ela nasce em torno de um projeto coletivo, que vai amadurecendo no cotidiano das pessoas, no diálogo que comporta consensos e dissensos – eis mais uma representação social presente na memória coletiva das participantes da pesquisa.

O perfil de liderança de um candidato ao cargo de reitor de uma universidade pública conta muito no momento da escolha dentro do grupo. Essa liderança é demonstrada ao longo da experiência profissional, com habilidade política de agregar esforços, ouvir, apoiar e também saber se colocar em oposição.

Ademais, na memória coletiva das entrevistadas, estão representações sociais de pessoas com quem conviveram, a exemplo da discriminação de gênero e de raça/etnia, sendo que, em algumas experiências, foram conflitadas e questionadas a respeito da competência, por serem mulheres e, em um caso, por ser mulher e negra. Neste contexto, em uma das falas houve comparações com aves, no exemplo do urubu, para o ataque, e, no exemplo da águia, para a defesa.

Não se faz caminhada em processo eleitoral sem apoio e sem um grupo que o acompanhe, menos ainda se faz em uma gestão universitária. Um grupo fechado em torno de um projeto comum, portanto, é importante para uma pessoa que se dispõe a ser reitor de uma universidade. “Exatamente isso, a chegada à Reitoria vem desse esforço coletivo, dessa turma do Ceteba, que me disse: vamos lhe ajudar! E eu disse: não, eu não gosto de viajar, tem muita cidade para visitar. Mesmo assim me enrolaram, e eu me candidatei” (SACRAMENTO, em 24/10/2017).

Em processos democráticos para escolha de gestores públicos, a participação é o elo entre lideranças e liderados, segundo o interesse de todos que trabalham naquela instituição e em prol dos interesses da comunidade a que servem (ABRANCHES, 2003).

Além da competência observada em cargos de gestão, vale salientar que a professora Ivete Sacramento foi uma das fundadoras do movimento negro em Salvador no ano de 1978, e esse apoio externo à universidade foi muito importante para sua candidatura ao cargo de reitora da Uneb e para a homologação de seu nome depois de ser eleita. Ela contou com o apoio de políticos influentes, inclusive da senadora Benedita Silva, que, na época, era a única senadora negra do Brasil e uma das poucas senadoras no Congresso Nacional.

Quanto ao apoio, durante a campanha da professora Renée Nogueira para o cargo de reitora, embora houvesse concorrentes, foi muito significativa a aceitação do seu nome entre professores e técnicos e um pouco menos entre os alunos, no primeiro mandato, conforme o número de estudantes aptos a votar. A professora Renée Nogueira conta que a comunidade externa a apoiou muito durante sua gestão na Uesc, tanto no primeiro quanto no segundo mandato. “O reforço da dimensão local da escola exige alterações nos modos de regulação, nas formas de organização e nas práticas de gestão” (BARROSO, 2001, p. 17). Obviamente, a professora discorre sobre o apoio do governo na época em que foi reitora. Segundo Renée Nogueira, ele foi um gestor que se esforçou muito para cumprir com as obrigações políticas com as quatro universidades públicas estaduais da Bahia. “Havia, no momento, uma política de governo que entendia que as quatro universidades estaduais do Estado da Bahia poderiam ser a alavanca para o desenvolvimento do Estado. Havia essa consciência dos governantes naquela época” (NOGUEIRA, em 5/12/2017).

Seguindo a mesma perspectiva representativa da professora Renée Nogueira sobre os apoios internos e externos, a professora Anaci Paim fala do apoio que os colegas professores lhe deram, especialmente do então reitor naquela época, o professor Josué Melo; do apoio, durante a campanha e mandatos, do então governador Paulo Souto, com quem, segundo ela, tinha estreita aproximação política. A professora, no entanto, faz questão de ressaltar o apoio que sempre teve da comunidade local, das instituições sociais organizadas, não apenas em processos eleitorais, mas, sobretudo na sua gestão. “Tudo que eu precisava na cidade, eu

contava com o apoio da comunidade e isso foi muito importante para a minha gestão” (PAIM, em 5/2/2018).

Em um processo de reconhecimento e de apoio da comunidade local, a gestão ganha um contorno de coletividade e de esforço conjunto para alcançar os objetivos sociais previstos pela instituição. Paro (2008) afirma que, quando lutamos por participação na gestão escolar, os membros da comunidade acadêmica se unem em torno de projetos comuns que visem à melhoria para todos.

Anaci Paim relata que instituições, a exemplo da Associação Comercial da Cidade, da maçonaria e da própria prefeitura, foram grandes parceiras da Uefs e fundamentais, durante sua gestão, na construção de clínicas, laboratórios e bibliotecas, na doação de terreno e material necessários para o horto florestal.

Assim como a colega Anaci, a professora Iara Maria Cunha Pires contava com o apoio dos professores, dos profissionais do corpo técnico da universidade, dos estudantes e, de certa forma, tinha o apoio externo do então governador da Bahia, Waldir Pires, e da comunidade local.

Como mencionamos anteriormente, para Torres (2001) o conteúdo de uma democracia está relacionado com o sistema de participação política do povo nos assuntos públicos, então, assim como as participantes da pesquisa, Cunha, Soares e Ribeiro (2009) salientam sempre a necessidade de proceder democraticamente na gestão pública.

Da mesma forma, a professora Adélia Pinheiro, para chegar ao cargo de reitora, também contou com apoio da comunidade acadêmica, da comunidade externa à universidade e de autoridades políticas, pois, segundo ela, não se chega a lugar algum sem o apoio da coletividade – “Ninguém chega à Reitoria de uma universidade somente com base em uma decisão pessoal. É necessário que haja uma decisão pessoal, mas que ela esteja entrelaçada com uma decisão de coletivo, que são as estruturas e as bases de apoio” (PINHEIRO, em 6/12/2017). Assim, “Como os demais processos sócio-humanos, a participação é suscetível de crescimento de tipo biológico. Ela pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e reflexão” (SOUZA, 2007, p. 63-64).

Como vimos na citação de um estudo de Bobbio (2012), o poder se dá, especialmente, pelo conhecimento, pela riqueza e pela política. As relações políticas, portanto, dentro e fora da universidade, constituem um importante fator para ascender à Reitoria da instituição, conforme podemos constatar nas falas seguintes das professoras que participaram da pesquisa.

Ainda que reconheça a força e a importância das relações políticas para ascensão a cargos de poder dentro da universidade, a professora Ivete Sacramento questiona o partidário dentro da instituição, o que, segundo ela, acaba atrapalhando as relações internas e o trabalho acadêmico: “Temos que deixar a academia livre, porque a universidade tem que ser de todos e para todos, não tem que estar atrelada a nenhuma ideologia” (SACRAMENTO, em 24/10/2017).

Embora afirme que se deve ter cautela na exposição de ideologias políticas dentro da instituição, a professora Ivete Sacramento não nega que ela mesma sofreu influências políticas

durante a campanha e especialmente após ser eleita, o que, na sua concepção, ajudou a trazer benefícios para a Uneb durante seu mandato.

A professora Iara Maria Cunha Pires também fala do exercício de poder e das relações políticas durante seu mandato na Reitoria da Uefs, mas, antes mesmo de sua gestão, ainda no final da década de 60, quando ingressou na universidade, ela menciona o papel de alguns políticos para o desenvolvimento e interiorização do ensino superior no Estado da Bahia, a exemplo de Luiz Viana Filho, Navarro de Brito, Fernando Pinto de Queiroz, Geraldo Leite, entre outros que tiveram uma postura democrática quanto à interiorização do ensino superior na Bahia.

Outros fatores, entretanto, além do desejo de autoridades políticas do Estado, podem ser atribuídos à interiorização e expansão do ensino superior, a exemplo da expansão da educação básica, do crescimento demográfico, do investimento no ensino superior, tendo-o como elemento fundamental do desenvolvimento da nação e certo melhoramento econômico do país (SIMÕES, 2013).

Sobre o exercício de sua gestão na Reitoria da Uefs, a professora Iara Maria Cunha Pires relata os desafios enfrentados diante do contexto político, social e econômico do Brasil, com inflação alta e perdas salariais. O Estado da Bahia, porém, comenta a professora, embora estivesse sofrendo com a mesma crise, o então governador Waldir Pires, no curto período em que ficou no governo do Estado, esteve muito atento às políticas educacionais e às Instituições de Ensino Superior.

A década de 80 foi um período de criação de partidos políticos, mas, também, de movimentos sociais e sindicais organizados, que, após a ditadura militar nas décadas anteriores, lutavam pela redemocratização do país e cobravam dos governos (federal, estaduais e municipais) políticas públicas de inclusão social e de desenvolvimento da nação. Tudo isso tinha reflexo direto na gestão universitária, conforme afirma a professora Iara Maria Cunha Pires: “Além do mais, os movimentos, eu diria os movimentos políticos, as tendências políticas, muito acirradas dentro da universidade. Mas, hoje, parece que está até pior, eu acho” (PIRES, em 6/2/2018).

No final do século 20, entretanto, a universidade pública no Brasil sofreu muito com a crise econômica e política que se abateu sobre toda a América Latina, com sucessivas greves e perda de autoridade e autonomia (ALMEIDA FILHO, 2008). Essa realidade, no nosso entendimento, repete-se nos dias de hoje, dadas as constantes ofensivas do governo a essas instituições e a redução drástica de recursos.

Em uma perspectiva um pouco diferente do que relataram as colegas gestoras a respeito das relações políticas, a professora Adélia Pinheiro prefere ressaltar as relações políticas acadêmicas internas. Isso, contudo, não quer dizer que ela esteja negando a influência das relações políticas partidárias externas à academia.

No momento em que se refere à política do Estado capitalista, a professora Adélia Pinheiro desconfia dos propósitos desse sistema político e propõe a invenção de um modelo de organização que seja capaz de resolver ou amenizar os graves problemas sociais que enfrentamos hoje no Brasil e no mundo: “Os modelos de Estado, seja de esquerda, direita, capitalismo, comunismo, socialismo, já não respondem mais. Se inventamos isso,

temos capacidade para inventar coisa diferente. Não é possível convivermos com extremas desigualdades” (PINHEIRO, em 6/12/2017).

Com todas as limitações do sistema democrático de governo, como afirma Bobbio (2012), conseguiu-se estabelecer algum tipo de equilíbrio nas sociedades, entretanto, no momento em que estamos vivendo, com uma onda de direita extremista e de efeitos do capitalismo total, sinais de tirania e autocracia podem ser notados no mundo inteiro. Segundo Stoppino (1998), governos autocráticos são absolutos e autoritários, governam entre si e por si, em tese diferentes do que propõem governos democráticos.

Sem poupar denominações políticas, a professora Adélia Pinheiro afirma que o sistema político vigente está falido e não consegue reduzir as desigualdades sociais e econômicas do mundo, por isso está na hora de buscar novas alternativas.

De maneira central, na memória coletiva e nas representações sociais das ex-reitoras entrevistadas, é de fundamental importância o *apoio* para sustentar uma candidatura e desenvolver uma gestão satisfatória, dentro e fora da universidade. Inicialmente porque sem empatia e conquista não se faz parcerias e, portanto, não se torna alguém conhecido o suficiente para ser escolhido como representante do grupo. O apoio está na escolha do nome para formar chapa, está na campanha para divulgar a proposta de governo e convencer pessoas a votarem a seu favor, está nas eleições propriamente ditas, sobretudo no processo de fiscalização e encaminhamentos necessários, mas o apoio é fundamental, especialmente durante a gestão, em que o trabalho exige cumprimento dos deveres perante a comunidade acadêmica e a comunidade local.

Nessa mesma perspectiva, as representações sociais das participantes da pesquisa sobre as relações políticas, no âmbito da universidade e fora dela, são vistas como de vital necessidade. Embora recomendem certa cautela nesses envolvimento políticos, para que não extrapolem os interesses públicos e não fujam à ética, por exemplo, quando os interesses particulares sobrepõem-se aos públicos e a “politicagem” toma conta do espaço universitário, prejudicando a riqueza da diversidade. A universidade faz política o tempo todo, e isso é salutar para o desenvolvimento da instituição. Na memória coletiva das ex-reitoras as relações políticas com pessoas influentes no cenário político local, estadual, nacional e até internacional fazem diferença para quem almeja chegar à Reitoria.

O contexto político em que as participantes da pesquisa lograram êxito nas eleições para Reitoria das Uebas, que compreende, em boa parte, os anos 90, foram anos de grandes conferências mundiais, a exemplo da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia (1990).

No Brasil, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve certo alinhamento das políticas neoliberais, com abertura de mercado, privatizações, fortalecimento da moeda nacional (o real), programas e projetos financiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, tanto na educação quanto em outras áreas sociais.

Na Bahia, semelhante ao que ocorria em outros Estados do país, houve reestruturação administrativa e econômica, conforme a cartilha das instituições citadas, cuja gestão estava sob o poder do então governador Paulo Souto.



Os mandatos da professora Adélia à frente da Reitoria da Uesc são mais recentes e coincidem com o momento das mulheres na política da América Latina. Conforme vimos com Avelar (2017), no início deste século três mulheres governavam países em desenvolvimento e com certa influência no cenário internacional: Dilma Rousseff no Brasil, Cristina Kirchner na Argentina e Michelle Bachelet no Chile, escolhidas de forma democrática e com ampla participação da população desses países, embora com poucas mulheres no cenário político da Bahia.

Aqui, sobressai a importância de que sejam assegurados tanto a forma quanto os conteúdos democráticos como elementos limitadores do princípio da maioria, bem como dos atos de todos os poderes, evitando, com isso, a abertura de espaço para a instalação de regimes antidemocráticos, como os já registrados ao longo da história (CAMPOS; OHLWEILER, 2020, p. 269).

O poder, embora não seja propriedade de ninguém, costuma ser exercido, em sua forma mais robusta, por aqueles que detêm força política, econômica e ideológica e, historicamente, tem sido apropriado, em boa medida, pelo gênero masculino e heteronormativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto das políticas internacionais e nacionais da década de 90 naturalmente impactou nas políticas públicas do Estado da Bahia, a exemplo dos empréstimos e orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e, conseqüentemente, influenciou nas políticas e na gestão das universidades públicas estaduais da Bahia.

Embora essas orientações políticas neoliberais e globais se afinem com o mando das gestões machistas e patriarcais, paradoxalmente foi um período em que houve maior participação do gênero feminino nas Reitorias das universidades públicas estaduais da Bahia, o que não significa que as respectivas gestões não estivessem, de alguma maneira, relacionadas com aquela realidade.

As ex-reitoras estão de acordo sobre a questão de pertencerem ao gênero feminino: pelo menos para elas, não foi empecilho para chegar à Reitoria das universidades públicas estaduais da Bahia e exercer os respectivos mandatos, mesmo reconhecendo que, na sociedade, de maneira geral, a desigualdade de gênero é perceptível. Nesse sentido, as relações de poder prevaleceram com respeito e colaboração dentro da hierarquia. De alguma forma, pertencer ao gênero feminino funcionou como fator positivo, conforme observamos nas entrevistas.

O apoio das autoridades políticas do Estado também merece atenção nas representações sociais e nas memórias coletivas das mulheres reitoras, mesmo com ponderações no que se refere ao partidarismo dentro das universidades, a fim de não excluir os que pensam e aderem a ideologias políticas diversas.

Sabemos que há pessoas descrentes no fenômeno da reeleição, porém, no caso da reeleição para o cargo de reitores das universidades públicas, as participantes da pesquisa, que foram eleitas e reeleitas, consideram essa questão de extrema relevância, por entenderem que apenas um mandato é pouco tempo para consolidar um projeto de gestão de uma

universidade, por se tratar de uma instituição complexa, que exige mais tempo para planejar e executar as ações.

Com base nas memórias coletivas e nas representações sociais das mulheres que foram reitoras das universidades públicas estaduais da Bahia, vimos que, para se candidatar e se eleger, é fundamental ter uma boa proposta de trabalho; um projeto coletivo que vise ao bem comum; o perfil de líder, demonstrado ao longo da experiência profissional.

Em resumo, podemos afirmar que, a respeito da memória e das representações sociais das ex-reitoras das Uebas sobre o processo eleitoral, que compreende o período que vai desde a formação de chapas até a homologação dos resultados, o que é mais evidente são os *embates* e as *parcerias*, enquanto sobre a gestão propriamente dita, no centro das representações, gravitam os *desafios* e as *realizações*.

Assim, se, por um lado, os conflitos e os embates são marcantes, por outro os apoios e as parcerias também o são. O processo eleitoral faz aflorar afetos e desafetos na disputa entre os candidatos, semelhante ao que ocorre na política nacional. Vimos que, mesmo no âmbito acadêmico, o qual, na representação social, é concebido como espaço civilizado onde transitam pessoas de alto nível educacional, não deixam de existir, especialmente em processos eleitorais, atitudes discriminatórias de gênero e raça/etnia, conforme relatos das mulheres entrevistadas.

Em torno dos apoios e parcerias, por sua vez, fluem as relações políticas, que são próprias do poder e que dão sustentação a uma equipe gestora capaz de governar e instituir ações planejadas coletivamente em prol das pessoas que dependem dos serviços prestados pelas universidades.

Mesmo que a política ainda seja vista por muitos como “coisa de homem e não de mulher” – tipo de representação social em sociedades como a nossa, que tem resquícios patriarcais – aos poucos é possível notar que as mulheres, por meio de lutas, persistência e contraofensiva, vêm conquistando esse espaço público de poder.

Nesse sentido, desde muito cedo, nas principais instituições sociais, a exemplo da família, da igreja e da escola, faz-se necessária uma prática de educação inclusiva, plural, emancipatória, sem que haja discriminação e exclusão ou opressão de gênero, de classe e de raça/etnia, a favor dos direitos humanos a todos.

No contexto histórico que o Brasil está atravessando, no qual a democracia está ameaçada por políticas neoliberais, fundamentalistas e extremistas de direita, há de se fazer o contraponto com pensamentos e atitudes éticas, de justiça social e valores humanos, para buscar o equilíbrio entre oprimidos e opressores, embora isso não seja tarefa fácil.

Podemos concluir que a competência política das mulheres é muito importante no processo de negociação dentro das organizações. É preciso competência para liderar pessoas: dialogar, defender ideias, escutar, falar, rejeitar, aceitar, recuar. Formar uma equipe com compromisso político e competência científica e didático-pedagógica capaz de transformar a realidade e exercer funções que a instituição exige, tanto no ensino quanto na pesquisa e na extensão, também é muito importante.

A respeito das relações de poder e tudo que as envolvem, o que as reitoras trazem junto a suas representações sociais e suas memórias coletivas é que essa questão é própria das

relações humanas e que, dentro das instituições públicas, isso se dá de forma hierarquizada. Em um processo democrático e participativo, entretanto, esse poder é mais bem diluído e não se apresenta de maneira tão verticalizada, como em regimes políticos mais autoritários. As relações de poder dentro da universidade são mediadas, principalmente, pelo poder ideológico e do conhecimento, embora haja, como em outras instâncias da sociedade, influências do poder econômico e político.

Envolver-se politicamente com as questões sociais, nas lideranças comunitárias, em espaços artísticos, acadêmicos e culturais, ocupar cargos de direção nas instituições públicas e privadas constituem-se estratégias de inserção das mulheres em espaços de poder.

Participar de partidos políticos, candidatando-se ao Legislativo e Executivo municipal, estadual ou federal, não apenas e simplesmente para serem candidatas que ocupam vagas ociosas nos partidos e são utilizadas para fins que garantam a eleição dos homens, conhecidas como candidaturas “laranjas”, mas para lutar pela presidência dos partidos e buscarem efetivamente serem eleitas, aumentando, dessa forma, o quantitativo e qualitativo da política do país, pode ser o caminho para o equilíbrio nas relações de poder em nossa sociedade.

Se não há um dono do poder e esta força flui nas relações entre as pessoas, em que há um movimento constante de trocas de posições no tecido social, então, sendo as mulheres, no caso do Brasil a maioria, faz-se necessário lutar para que haja equilíbrio na balança e na divisão das riquezas materiais e imateriais produzidas por todos, mas que se concentram no prato de poucos.

Entendemos que não haver mulheres na gestão das esferas de governo e na gestão das instituições públicas, a exemplo das universidades, é um enorme desperdício de competências, e, cada vez mais, nosso país retarda sua condição de nação desenvolvida sustentavelmente, com grande prejuízo na vida das pessoas, especialmente daquelas que lutam para terem reconhecidos os seus direitos e por uma sociedade em que homens e mulheres sejam iguais.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Mônica. *Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra, PT: Coimbra, 2008. p. 107-260.
- ALVES, José Eustáquio Diniz et al. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2017. p. 15-54.
- AMBROSINI, Anelise Bueno. *A representação das mulheres como reitoras e vice-reitoras das universidades federais do Brasil: um estudo quantitativo*. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017. Mar del Plata, Argentina, em 22 a 24 de novembro de 2017.
- ARENDETT, Hannah. 1906-1975. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rev. e apres. Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- AVELAR, Lúcia. *O protagonismo das mulheres na política*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br>. Acesso em: 15 maio 2017.
- BBC NEWS/BRASIL. *Coronavírus: Por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia?* Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>. Acesso em: 10 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BARROSO João. A escola como espaço público local. In: TEODORO, Antonio (org.). *Educar, promover, emancipar*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2001.

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. V. 1.
- BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2017.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Educação; Esplanada dos Ministérios, 1988.
- BRASIL. LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Texto na íntegra Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CÂMARA DO SENADO. *Senadores em exercício*. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>. Acesso em: 1º abr. 2018.
- CÂMARA FEDERAL. *Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564035-BANCADA-FEMININA-NA-CAMARA-SOBE-DE-51-PARA-77-DEPUTADAS.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CAMPOS, Luciana Oliveira de; OHLWEILER, Leonel Pires. Estado democrático de direito e a participação popular no Brasil: uma análise a partir do conceito de Luigi Ferrajoli. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, Ijuí: Editora Unijuí, a. 8, n. 15, p. 255-271, jan./jun. 2020. e- ISSN 2317-5389. DOI: <http://dx.doi.org/10.21527/2317-5389.2020.15.255-271>
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Análise de políticas públicas: o estudo do Estado em ação*. Salvador: Adunab, 2012.
- CUNHA, Maria Isabel da; SOARES, Sandra Regina; RIBEIRO, Marinalva Lopes (org.). *Docência universitária: profissionalização e práticas educativas*. Feira de Santana: Uefs Editora, 2009.
- DAL RI, Neusa Maria. Lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras: movimento feminista em debate. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). *Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras*. São Paulo: Ícone, 2007.
- DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANZI, Carla. (coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FARIA, Josiane Petry. A participação feminina na transformação da história patriarcal: dimensões do poder e desenvolvimento como liberdade. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, Ijuí: Editora Unijuí, a. 5, n. 10, p. 1-20, jul./dez. 2017. ISSN 2317-5389.
- FERREIRA, Naura Carapeto. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FIALHO, Nádia Hage. *Universidade multicampi*. Brasília: Autores Associados; Plano Editora, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. *Los Marcos Sociales de la Memoria*. Trad. Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubí, Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Distribuição percentual da população por sexo – Brasil – 1980 a 2010*. 2019. Disponível em: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>. Acesso em: jul. 2017.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Edição em inglês Gerard Duveen. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Rejane; LEMES, Sebastião de Souza. A gestão educacional e os referenciais cognitivos e normativos em política pública. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. 00, e022002, jan./dez. 2022. e-ISSN:1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v26i00.16741>
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- SAFFIOTI, Hleieth. *Gênero patriarcal e violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. *In: Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez. 2013.

SOUZA, Irlena Moreira Lopes de. *Uma análise da participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Profª Norma Vídero – Município de Itabuna-Ba.* 2007. 152 fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007.

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de política I.* 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1.

TORRES, Carlos Alberto. Educação, democracia e cidadania. Tensões e dilemas no mundo contemporâneo. *In: TEODORO, António (org.). Autonomia da escola: princípios e propostas.* 4. ed. São Paulo: Córtext: Instituto Paulo Freire, 2001.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Governo e gestão da educação superior. *In: SOARES, Susana Arrosa et al. (org.). A educação superior no Brasil.* Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

VARELA, Nuria. *Feminismo para principiantes.* Barcelona, España: No Ficción, 2013.

WEBER, Max. 1864-1920. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia.* Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

Todo conteúdo da Revista Direitos Humanos e Democracia  
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0